



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ORGAO DA TENDENCIA PELO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO
ANO II n.15 edicao especial 25 de maio de 1991 preço cr\$ 100,00

CONGRESSOS DA CUT

- . Romper com a social-democracia internacional!
- . Nada de filiar a CUT à CIOSL!
- . Fora com a estratégia reformista do governo democrático e popular!
Em defesa do governo Operário e Camponês!
- . Abaixo a linha do Entedimento Nacional!
Nada de Pacto !
Contra a conciliação de classes, organizar a ação direta e independente das massas!
- . Contra a burocratização da CUT e dos sindicatos!
Em defesa da democracia operária!
- Contra o oportunismo das correntes, por uma fracao revolucionária na CUT!
Organizar a resistencia a ofensiva capitalista

AVANÇA A CRISE DO GOVERNO COLLOR

Fortalecer a Organização Nacional das Massas e Preparar a Luta por:

- . Salário Mínimo Real (120 mil), com escala móvel de salário
- . Fim das demissões - escala móvel de emprego
- . Reposição de todas as perdas salariais
- . Contra as privatizações, ocupar as estatais
- . Por Terra e Moradia para todos - fim dos assassinatos no campo e liberdade aos presos políticos
- . Não pagamento da dívida externa e expulsão do imperialismo

AINDA SE COLOCA ;
PREPARAR A GREVE GERAL
POR TEMPO INDETERMINADO
ATRAVÉS DE UMA
CAMPANHA DE MASSA!

GREVE GERAL

22 e 23 DE MAIO,
UM PROTESTO GERAL
CONTRA COLLOR

AVANCA A CRISE DO GOVERNO COLLOR

A recente queda de toda equipe econômica do governo Collor é mais um reflexo do avanço da crise do regime político e mais um elemento para seu agravamento.

A queda de Zélia foi provocada por todas as frações do capital, e se deu pela necessidade de criar uma mínima sustentação interna ao governo.

Zélia já havia se tornado um elemento de irritação empresarial. Suas débéis iniciativas de tentar controlar os cartéis, sua inflexibilidade em relação ao controle de preços sobre certos setores, sua incapacidade de contenção do déficit público, apesar da profunda onde recessiva, as tentativas falidas de negociação do Entendimento Nacional colocaram a ministra em maus lençóis com a FIESP (grande capital nacional)

Ao mesmo tempo, sua incapacidade de negociação externa, a "moratória branca" (não pagamento dos juros da dívida externa por vários meses), e mesmo sua postura em negociações frente aos credores internacionais colocaram-na em desgraça junto ao imperialismo. Este passou a pressionar por sua substituição por alguém de maior confiança e com maior trânsito entre o capital financeiro internacional.

Da parte das oligarquias regionais, principalmente a nordestina, também veio a sentença. O setor mais vinculado 'proteção estatal do capital nacional estava descontente com a equipe econômica que não enxergava as

diferenças regionais(as oligarquias sempre reivindicaram um tratamento diferenciado entre as economias do norte e sudeste) e que se colocava em certos aspectos como obstáculo aos privilégios dos usineiros e comparsas a partir do interior do Estado. A tentativa de anulação de uma dívida de 1 bilhão de dólares dos usineiros criou um grande choque no interior do governo.

Diante da ausência de sustentação política e da incapacidade de aplicar a fundo o Plano Collor em todos os seus aspectos (principalmente a desestatização), a equipe de Zélia caiu, depois de ter se sustentado por meses numa situação extremamente frágil.

O novo ministério, ditado pelo FMI e pelo capital financeiro é produto dessas contradições, na situação crise do regime. A nova equipe econômica é chefiada por um homem de confiança dos banqueiros internacionais (Marclio é vinculado ao Unibanco). Na composição da equipe econômica é forte a presença de ex-integrante do governo Sarney (representantes das oligarquias, etc) Sua tarefa, pautada agora por uma maior sustentação política interna e externa, será a de aplicar a fundo o plano Collor. Deverá cumprir aquilo que Zélia não foi capaz de fazer : privatizar massivamente, abrir a economia e entregá-la ao controle do capital forâneo, retornar as negociações, visando o pacto social.

Ja de antemão, sua perspectiva de

sucesso é reduzida. A crise mundial tem avançado e a pressão sobre a economia nacional aumentado. Com o agravamento da crise econômica, aprofunda-se a divisão interburguesa. E a tarefa de implantar o plano pró-imperialista na sua totalidade (não cumprida por Zélia) passa necessariamente pela ampliação de destruição das forças produtivas nacionais (recessão) o que fatalmente incrementará a luta interburguesa.

É diante dessa perspectiva que se reforçam as colocações sobre o parlamentarismo. O que une de Delfim Netto a Mário Covas, passando por Ulisses Guimarães e Mercadante (PT) em torno da implementação do sistema parlamentarista, é o receio de que o agravamento da crise leve à quebra precipitada do governo Collor. Segundo esses setores burgueses, o parlamentarismo seria um sistema menos frágil de governo, porque permitiria a substituição do comando do Estado sem traumas e quantas vezes fosse necessário, sem colocar em risco a democracia. Mas o fato é que tal sistema não responderia às necessidades da crise econômica e política, dada a desagregação da economia e a profunda divisão interburguesa. A transferência do comando do Estado do executivo para o parlamento fantoche só poderá aprofundar ainda mais a crise.

Se, de um lado, têm crescido as pressões do imperialismo e este tem se

JORNAL MASSAS

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA

ESCREVA PARA CAIXA POSTAL No 01171 cep. 01057 SP

PELO GOVERNO
OPERÁRIO E CAMPONÊS

fortalecido, aumentando o controle sobre a economia e sua influência sobre o governo Collor, de outro, as massas tem sido obrigadas a se levantarem para enfrentar a agressão às suas condições de vida, principalmente o movimento operário e dos trabalhadores sem terra.

O crescimento das lutas por todo o país, sua maior combatividade e radicalização (greves mais longas, mais resistentes, enfrentamentos mais organizados e ativos) apontam no sentido de um confronto cada vez mais direto com o governo pró-imperialista. Entretanto, a classe operária, o funcionalismo, os sem terra e o movimento popular têm sido desorganizados pela política reformista que orienta a CUT (PT-Articulação).

Para os reformistas, a CUT deve se colocar como instrumento de pressão democrática sobre o governo e o parlamento no sentido de alterar a política econômica em curso e criar as bases para a retomada do desenvolvimento econômico (inviável nos marcos do capitalismo). E servir como suporte para o estabelecimento do chamado "campo popular" que almeja se tornar hegemônico para implantar o governo democrático e popular. Por isso, sua tarefa seria a de negociar o Entendimento Nacional, constituir um Fórum Anti-Recessivo de pressão parlamentar e até mesmo convocar uma greve geral de protesto, que não coloque as massas em confronto aberto com o governo pró-imperialista ameaçado de ingovernabilidade. E foi esse o sentido da recente greve geral dos dias 22 e 23, que não passou de um limitado protesto.

As consequências dessa política de conciliação de classes são a burocratização da CUT e dos sindicatos para que estes não se coloquem como instrumentos de luta das massas mas como instrumento de pressão da burocracia reformista e de sustentação da frente com os partidos burgueses; atomização e isolamento das lutas, para que sua unificação não ultrapasasse os limites de pressão sobre o governo e o parlamento; a quebra das campanhas salariais; o fracasso das tentativas de greve geral, etc.

A situação atual, que já é bastante adversa aos trabalhadores, tende a se agravar com a perspectiva de nova iniciativa do governo Collor contra a economia nacional e as condições de vida das massas.

Cada vez mais se delineiam as duas saídas estratégicas possíveis para a crise: a do imperialismo e a do proletariado. As variantes propostas pela burguesia "progressista" ou pelo reformismo só tem conduzido ao fortalecimento das posições do imperialismo, isto porque são impotentes. Para a nação oprimida, trata-se de colocar pela luta para por fim ao governo pró-imperialista de Collor e levantar a saída proletária ao capitalismo em decomposição: o governo operário e camponês.

Na atual situação, a defesa de tal estratégia permite traçar a tática correta, que conduza o movimento operário a enfrentar a agressão capitalista. Contra a perspectiva de nova ofensiva de Collor trata-se de fortalecer a organização nacional dos trabalhadores para preparar a luta de conjunto das massas. O que se traduz na construção dos organismos

de massa tais como as assembléias populares, nos comitês de greve por todos os cantos do país, na centralizados por um comando nacional único, da defesa de resistência ativa contra a ofensiva capitalista (autodefesa na cidade e no campo), na aproximação das lutas operárias e camponesas, enfim, de preparação da greve geral por tempo indeterminado através da ampla campanha de massa, que unifique numa só luta o proletariado, os camponeses e as massas oprimidas, para pôr abaixo os planos e o governo Collor. Não há dúvida que a burocracia sindical se utilizará do fracasso parcial da greve geral para rebater as campanhas nacionais de luta.

Nesse quadro, tem enorme importância, para a unificação, as consignas de defesa das condições de vida das massas tais como Salário Mínimo real com escala móvel de salários, reposição das perdas; fim das demissões, estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho; contra as desestatizações, ocupação das estatais e controle operário, terra e moradia para todos, fim dos assassinatos no campo e liberdade aos presos políticos; não pagamento da dívida externa e expulsão do imperialismo.

Coloca-se, também, como fundamental a luta pela independência de classe das organizações sindicais e populares, que só pode se dar em oposição a burocratização da CUT e dos sindicatos e à política de conciliação de classe do governo democrático e popular.

ABAIXO O PROJETO PRÓ-IMPERIALISTA

**Defesa da aposentadoria por tempo de serviço e
redução do tempo para se aposentar aos 25 anos
(homens) e 20 (mulheres)**

**Moradia, saúde e educação a todos
Controle das estatais pelos trabalhadores**

CONGRESSOS DA CUT SOB O MANTO DA SOCIAL- DEMOCRACIA INTERNACIONAL

O IV Concut se defronta com a questão chave da filiação da Central brasileira à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), sediada na Bélgica, de orientação social-democrata. Praticamente, desde a sua origem, a Cut mantém sólidos vínculos políticos e financeiros com a CIOSL, através de sua direção majoritária (Articulação). O secretário de Relações Internacionais Oswaldo Bargas nunca escondeu a dependência financeira da CUT à social-democracia internacional.

Por detrás dos milhões de dólares, se impõe a linha pró-capitalista e de conciliação de classe da CIOSL, que, por sua vez, é mantida por "doações" dos governos imperialistas. Para se ter uma idéia do poderio social-democrata, basta ver que a CIOSL controla 115 confederações de 99 países.

A projeção de Lula depois das grandes mobilizações operárias do ABCD despertou grande interesse nos dirigentes internacionais da social-democracia em implantar sua linha sindical no Brasil. A partir da estruturação da CUT, os principais dirigentes da Central e do PT, encabeçados por Lula, estabeleceram fortes relações com as Centrais europeias filiadas à CIOSL, como a CISL da Itália, UGT da Espanha, LOS da Dinamarca, CFDT da França, etc.

Através de seus financiamentos, que costumemente se chama de convênios, a CIOSL estende seus braços sobre o proletariado do mundo inteiro, corrompendo suas lideranças e penetrando a estratégia da fração imperialista social-democrata europeia ou norte-americana (ASPL-CIO).

No quadro da crise mundial do capitalismo e de desintegração da burocracia estalinista avulta a importância da CIOSL para os governos metropolitanos (imperialistas) e para a burguesia de conjunto, pois se trata de administrar a luta de classes a favor da sustentação do sistema econômico decadente e restabelecer, no Leste Europeu, as relações capitalistas de produção. Não é por acaso que a CIOSL despenderá uma boa parte dos 2 milhões de dólares anuais, para controlar os sindicatos no Leste Europeu, ao estilo do que ocorreu com o Solidariedade, da Polônia.

A decisão do Congresso sindical social-democrata, realizado no Japão em 1990, de que os financiamentos ficassem condicionados à filiação das centrais à CIOSL desatou a corrida, no Brasil, entre a CUT, a CGT e Força Sindical, em torno dos dólares. Até o presente momento, a Articulação pôde trabalhar nos bastidores com a CIOSL. Agora, a burocracia da CGT e FS procura concorrer aos benefícios da CIOSL, apoiando-se nas dificuldades internas da CUT em se filiar a ela e da Articulação em mostrar seu rosto social-democrata.

Há pouco tempo da realização do IV Concut, Luiz Medeiros reivindicou da CIOSL que acoibesse a FS como verdadeira expressão social-democrata, que tem por secretário internacional José Ibrahim, filiado do PDT. O burocrata Medeiros é claro nos seus propósitos, ao reivindicar a supremacia da FS, do ponto de vista ideológico e estratégico. Considera ser necessário defender abertamente a "economia de mercado", ou seja, o regime capitalista, e trabalhar por uma saída negociada para a crise do Brasil, pois, afinal, estes são os pressupostos reais da CIOSL.

Ocorre que o presidente da CIOSL, Vander Weken, tem total confiança na assimilação social-democrata de Lula, quem de fato, como caudilho, sustenta a Articulação e arrasta atrás de si os esquerdistas, que se contentam com a ilusão de um governo dos trabalhadores saído das eleições.

Os 30 milhões de votos da Frente Brasil Popular e a capacidade de disciplinar os trabalhadores pela demagogia reformista estão com o Lula, com o PT, e, obviamente, com a cúpula burocrata da CUT. Enquanto a Articulação de Lula, Bargas, Carneiro, Gushiken, Mercadante, etc, caminhar cada vez mais para a política de Entediamento Nacional, pactos, sindicalismo de negociação e para a sustentação da estabilidade da democracia burguesa, utilizada nas condições de crise econômica para sacrificar ainda mais as massas, a CIOSL sustentará, com seus dólares, a CUT.

Logo após a ofensiva de Medeiros, Lula não esperou que sua influência caudilhescã fosse suficiente para manter a CUT em primeiro plano frente à CIOSL e, também, se lançou em peregrinação pela Europa social-democrata, culminando em um encontro com o primeiro ministro da Bélgica Wilfried Martens. Expressou, de sua parte, o interesse da CUT se ligar mais intimamente à CIOSL, conforme consta do artigo "Lula faz sindicalismo na Europa" (Estado de S.P. 215).

Em sua Tese para o IV Concut, a Articulação não porpõe taxativamente a filiação à CIOSL, apenas deixa subentendida a posição. Assim afirma: "Intensificar o debate sobre o movimento sindical internacional, com o objetivo de definir a relação política e orgânica da CUT junto aos fóruns e organismos do movimento sindical internacional(...)". Entretanto, é nítida a intenção de dirigentes como Meneguelli, Lula, Carneiro, etc em resolver o problema formal da integração da CUT nos quadros da CIOSL.

A socialdemocracia internacional, por seu turno, trabalhará por incorporar tanto a burocracia direitista do sindicalismo de resultados (Pegado-CGT, Medeiros-FS), quanto a reformista do sindicalismo de negociação (CUT-Articulação). Tanto é que a AFL-CIO apoia Medeiros, enquanto que Pegado ganha terreno também junto aos europeus. Para a burocracia internacional pró-capitalista, trata-se de controlar por todos os lados o movimento operário, sendo que para isso tem rios de dinheiro.

De qualquer forma, a CUT se constitui no eixo da estratégia social-democrata, pela sua capacidade de controlar as massas e por ser um alicerce do PT reformista. Este partido já comprovou sua função de manter os assalariados submetidos às ilusões democráticas e ao campo da política burguesa.

Para a burguesia internacional, preocupada com os rumos da crise no Brasil, é de grande importância um partido que bloqueie o desenvolvimento revolucionário do proletariado. Considerando que os partidos burgueses tradicionais (PMDB, PDS, PFL, etc) não têm raízes nas massas, o que dificulta à burguesia administrar a luta de classes. Um partido como o PT, de posse do manejo da CUT, portanto do movimento operário nacional, joga um papel estratégico de disciplinamento, de desvio e quebra das tendências revolucionárias objetivas da maioria explorada. Desta forma, quanto mais puder utilizar os dólares para encabrestar às diversas variantes da burocracia e, desde o exterior, impor os limites de atuação dos sindicatos e do PT, melhor a CIOSL social-democrata cumprirá seu objetivo de combater a independência de classe do proletariado.

A disposição da Articulação em selar a aliança formal com a social-democracia internacional apenas evidencia um casamento já existente há tempos, que tem sido responsável pela introdução da linha pró-capitalista no interior dos explorados brasileiros.

As correntes de esquerda têm se escandalizado com a ousadia da Articulação em abrir a discussão sobre a filiação da CUT à CIOSL, porém se trata de pura formalidade, uma vez que a política da social-democracia internacional há muito vem sendo construída no país. Não se trata apenas de rechaçar a filiação formal, mas sim de romper qualquer vínculo político-financeiro com a agência imperialista da social-democracia.

Há que se defender o autofinanciamento da CUT através dos próprios trabalhadores, isto é, dos sindicatos e campanhas. Há que se caracterizar como traição ao movimento operário o papel da Articulação de submeter a CUT e o PT à política contra-revolucionária da social-democracia. Sem esta colocação clara o IV Concut, as correntes de esquerda estarão escondendo os reais laços da CUT e PT com

a social-democracia.

Não se pode defender a independência da classe da CUT e seu papel revolucionário de centralizar as forças nacionais das massas oprimidas contra o governo Collor, os capitalistas e o capitalismo em desintegração com se contrapor frontalmente à reacionária social-democracia, que congrega na CIOSL a burocracia sindical do mundo inteiro, graças ao poder de corrupção dos milhões e milhões de dólares, que a burguesia gasta para domesticar e submeter os sindicatos.

Que o IV Concut não apenas diga não à filiação à CIOSL, mas que aprove o rompimento total com a social-democracia e quebre a hegemonia das posições reformistas da Articulação, iniciando a construção de uma direção classista.

A ESTRATÉGIA DO GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR PARA A CUT

A CUT tem expressado a estratégia do PT do governo democrático e popular. Haja vista a posição tomada em apoiar a Frente Brasil Popular no segundo turno, quando, em torno de Lula, se delineou o apoio dos chamados "setores progressistas", isto é, frações dos partidos burgueses como PDT, PSDB, PSB, etc.

Eis a avaliação da Articulação: "No segundo turno, onde dois projetos de classe distintos se confrontaram e a Frente Brasil Popular uniu o campo progressista, a CUT somou força na candidatura de Lula, indicando-a como melhor candidato para a classe trabalhadora."

Esta conclusão, de um acontecimento prático, tem importância estratégica, pois atribui à CUT o objetivo de apoiar e materializar a frente popular, que resulta da aliança do PT com partidos da burguesia. É falso que a Frente Brasil Popular se apresentou com um "projeto de classe distinto", uma vez que seu programa é de reformas capitalistas e sua estratégia de poder é a de fortalecimento da democracia de estado, isto é, de sustentação do Estado burguês.

A diferença está em que Collor levantou um programa pró-imperialista e a Frente Brasil Popular, um nacional reformista burguês. A falsificação é necessária para arrastar a CUT, como organização de classe do proletariado, por detrás de uma estratégia de classe oposta à revolucionária, ou seja, de luta antiimperialista e de destruição do regime capitalista de produção. Tanto é que, da avaliação de que as eleições foram o ponto alto da "polarização de projetos de classe distintos", a Articulação conclui que se constitui numa tarefa central da CUT "a construção coletiva de um projeto alternativo do campo democrático e popular".

E o que quer dizer coletiva? Eis a resposta da Tese: "Avançar na Articulação com os setores democráticos e populares para aprofundar a democracia, construindo coletivamente uma nova hegemonia e formulando uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda". Esta formulação, sinteticamente, manifesta a política de conciliação com o regime burguês putrefato, ao qual a CUT deve se submeter. A tática está em estabelecer alianças da CUT (PT) com "setores democráticos e populares". Quem são eles? A Articulação omite! Porém, sabemos que se trata do PDT, PSDB, PMDB, PSB, PC, OAB, ABI, Igreja, etc. E para que servirá tal aliança do proletariado com ditos setores democráticos?

Justamente para aprofundar a democracia, através da qual se formará "uma nova hegemonia e alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda". Está claro que essa "nova hegemonia" é o resultado da aliança da CUT

com setores pró-capitalistas, ou seja, assinala-se o caminho de constituição de um governo de coalizão com uma fração burguesa, que tenha interesses a preservar frente à grande crise recessiva e à força financeira do Estado.

Eis porque o objetivo da aliança governamental, ou seja do governo democrático e popular, é o de levantar uma "alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda". A Articulação julga poder conciliar o desenvolvimento capitalista com distribuição de renda, como se não tratasse de um sistema econômico que, tanto para se desenvolver quanto para se preservar da crise, não necessitasse de explorar a fundo as massas, ainda mais considerando ser o Brasil uma semicolônia do imperialismo.

Mas o que importa é que a Articulação se propõe levar a CUT a apoiar a tese reformista de desenvolver o capitalismo com distribuição de renda. Aí está o conteúdo burguês da estratégia do governo democrático e popular e a consequente tática de conciliação das classes antagônicas: o proletariado e a burguesia nacional. Sem que se rechaça claramente e se concentre toda luta contra a linha do governo democrático e popular, no IV Congresso, não há como rebater a penetração da social-democracia, amalgamada com o estalinismo, de onde vem a bandeira do governo democrático e popular e a tese da possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo independente nas semicolônias, razão pela qual a burguesia nacional jogaria um papel progressivo e o proletariado deveria apoiá-la. Esta é uma posição clássica do estalinismo.

A continuar a CUT sob a direção desta linha, a sua descaracterização de organismo de massa e de combate à exploração se ampliará. O eleitoralismo democrático e popular já penetrou em suas fileiras como fator de bloqueio da ação direta e submissão às manobras parlamentares. A conclusão da Tese da Articulação de que é tarefa da CUT "ampliar ações junto ao Congresso nacional, visando influenciar nas decisões, reforçar as instituições de caráter democrático (...), "intervir no debate sobre a reforma constitucional (...) e intervir nas eleições de 1992 e 1994, influenciando no processo eleitoral (...)", indicam que o IV Concut deve direcionar a Central para os próximos pleitos eleitorais, em que novamente se colocará a aliança democrático e popular, e deve fazer das instituições burguesas (parlamento) o centro de atenção para obter as reivindicações dos assalariados.

Por essa via, a Articulação levará à Cut a se contrapor à luta de classes e à polarização revolucionária, que a ação direta dos explorados imprime na situação de crise político e econômica do país.

A LINHA DO ENTENDIMENTO NACIONAL

A defesa da democracia burguesa e do fortalecimento das instituições democráticas do Estado conduz necessariamente o PT e a CUT a ingressarem no Entendimento Nacional, ou Pacto Social. A razão está em que a democracia é a expressão política dos interesses do poder económico, dividido em torno da crise e da política pró-imperialista de Collor. A polarização da luta de classes, em que as massas projetam sua força social e se contrapõem à necessidade de super-exploração capitalista, não leva ao fortalecimento da democracia parlamentar e sim ao aprofundamento da crise do regime político. Leva sim, ao fortalecimento da democracia direta das massas e a seu potencial revolucionário de ação política.

O avanço nacional da luta dos explorados inicialmente por suas reivindicações vitais tende a se transformar em luta política contra o conjunto dos exploradores, aos quais se incluem todos os setores ditos progressistas. A ampliação da luta de massa, nas condições de putrefação da economia e da política burguesa, ditada pelo imperialismo, se chocará abertamente contra o controle democrático exercido sobre os assalariados pelo Estado, através de seus partidos e da burocracia sindical estatizada ou semi-estatizada (Articulação).

É incompatível a ampla atividade grevista, o programa de reivindicação dos oprimidos, e a radicalização dos métodos de luta para se quebrar a inflexibilidade do governo e do patronato com a democracia e fortalecimento das instituições. Na época em que o capitalismo estava em ascensão, nos países imperialis-

tas do passado, a democracia serviu para canalizar a luta de classes e sustentar o poder burguês por intermédio de reformas. No Brasil atrasado, submetido às poderosas tendências desagregadoras da crise mundial, a democracia (pseudodemocracia) é um luxo que a burguesia se dá enquanto serve para descarregar os efeitos catastróficos do desemprego e da super-exploração sobre as massas.

O que quer dizer que de forma alguma se constitui num instrumento eficaz de conciliação pela via reformista. Portanto, fortalecer a democracia significa mantê-la como arma da ditadura burguesa, que se expressa não só nos limites à ação dos trabalhadores, mas também na imposição de profundos sacrifícios à maioria da nação. Os fatos comprovam que, embora os assalariados tenham protagonizado grandes lutas, não só não lograram manter as condições de vida já depauperadas, como viram nas regredir à beira da barbárie. Como enfrentar esta ofensiva capitalista senão multiplicando o poder de combate direto do proletariado e centralizando sua força nacional contra o governo Collor e as instituições democráticas que o sustentam?

Pois é esta a tarefa que a realidade objetiva impõe. Entretanto, a direção da CUT não só não pode cumpri-la como deve evitá-la a qualquer preço, pois sua estratégia de governo democrático e popular pressupõe solucionar a crise pela via pacífica, democrática. Eis a razão porque está obrigada a procurar alianças com os partidos democratizantes e participar das manobras burguesas em torno do Entendimento Nacional e do Pacto Social.

A BUROCRATIZAÇÃO DA CUT

A decisão da Direção Nacional, em setembro de 90, de ingressar nas negociações de um pacto social é um indicador do avançado estado de burocratização da CUT. A disposição de substituir a luta de classes pela "solução" negociada entre o capital e trabalho significa que, no comando da CUT, está instalada uma corrente burocratizada, isto é, vinculada ao Estado e inofensiva aos interesses dos capitalistas.

A burocratização sindical tem por consequência a redução do potencial de luta direta das massas e de estruturação do proletariado como força revolucionária. Torna-se um aparelho para a burocracia exercer suas atividades políticas no interior do Estado, do parlamento e das articulações policlassistas, como os Fóruns Anti-Recessão, Câmaras de Negociação, Fórum de Entendimento, etc.

Desta forma, não se baseia na necessidade dos assalariados se organizarem massivamente, utilizando-se da CUT como canal de expressão reivindicativa e política. Não pode cumprir o papel estratégico de unir o campo e a cidade numa só força, pois se contrapõe a estabelecer uma ponte programática e prática entre o proletariado e os milhões de sem-terras e camponeses pobres, acossados pelos latifundiários.

A negativa em construir a aliança operária e camponesa e estruturar o proletariado como dirigente da maioria nacional oprimida acaba evitando que a CUT cumpra sua função de unificar as massas contra a burguesia centralizada no poder do Estado. Não é por acaso que a crescente mobilização camponesa e operária continua fragmentada. E, também o fato de que os principais sindicatos da CUT retrocederam para a forma molecular de greve por fábrica, secção, profissão, quando as condições estão maduras para avançar a unidade grevista dos assalariados.

O marca e desmarca da greve geral, a vacilação de como se conduziu a greve do dia 22 e 23, o isolamento e quebra de inúmeros movimentos e ausência de uma grande ação preparatória através da formação de comitês no sindicatos, fábricas, campo, escolas, zonais, indicam como a burocracia foge de potenciar os meios para o levante combativo e geral dos explorados. É parte desta política ultra-limitada de agir a renúncia em fazer uma grande campanha sobre claras reivindicações, que tenham por eixo a imposição do salário mínimo real, com escala móvel de reajuste, reajuste de todas as perdas, estabilidade no emprego com escala móvel das horas de trabalho, terra aos camponeses, defesa das estatais expulsão do imperialismo e fim do governo antinacional.

Como vemos, a burocratização exprime a integração da direção da CUT nos meandros do Estado e da política parlamentar burguesa. As investidas da Articulação, desde o III Concut, em que ampliou o prazo de realização do congresso de 3 em 3 anos, se aboliu a eleição direta dos delegados para os congressos estaduais e nacional, se limitou a participação das oposições sindicais, se modificou o critério de quórum de delegados para apenas o número de sindicalizados, etc, são elementos da burocratização organizativa, que refletem a linha de fortalecer a democracia burguesa de pavimentar a via da conciliação, transformar a CUT em esteio da frente popular eleitoralista e submetê-la à social democracia internacional (CIOSL). Tal política necessita burocratizar cada vez mais a CUT, para, num futuro próximo, colocá-la como sustentáculo do governo democrático e popular. O que implica em reduzir cada vez mais as possibilidades de pressão das massas sobre a direção burocrática.

A consolidação da Articulação como força hegemônica e a incapacidade das principais correntes, como CUT pela Base e Convergência, comprometidas com a mesma estratégia do governo democrático e popular, em estabelecer uma sólida oposição anti-burocrática, tem feito a CUT retroceder em importantes conquistas, entre elas a democracia operária e a ofensiva para demolir a velha estrutura pelega.

O reforço ao federativismo interno é um fato evidente, em que a vasta burocracia que controla os sindicatos faz da central uma soma de organismos corporativistas, imobilizados quase todo o tempo. A CUT não está sendo construída como uma direção nacional das massas, cuja espinha dorsal é o proletariado e os camponeses pobres, e sim numa federação de burocracias avessas à organização da CUT sob bases massivas das zonas, regionais e dos comitês permanentes de ação, que aglutinam o ativismo combativo e anticorporativista. De uma orien-

tação nacional-reformista, só pode resultar o bloqueio corporativista e o aparelhismo burocrático sindical.

A luta pela independência da CUT frente ao Estado, pela implantação da genuína democracia operária, pela destruição do burocrático corporativismo, por sua construção de massa e pela constituição em direção dos explorados dependem do combate à orientação democrático reformista da Articulação e do oportunismo oposicionista das correntes que se submetem ao frentepopulismo do PT. A luta por uma CUT operária e camponesa, de fato revolucionária, porque se baseia na ação direta dos oprimidos, está na razão direta da construção de um programa e direção revolucionária do proletariado no seu interior. Isso implica, inclusive, modificar o peso hegemônico dos trabalhadores de serviços, somados aos camponeses, em favor do proletariado urbano e rural.

O OPORTUNISMO DAS TESES ESQUERDISTAS

O que se destaca nas demais teses é a incapacidade das correntes mais à esquerda de se livrarem da estratégia petista (e estalinista do PCdoB) do governo democrático e popular. Ora o defendem abertamente, como a CUT pela Base (Democracia Socialista -DS), ora o camuflam com o governo dos trabalhadores, no caso da Convergência Socialista e Causa Operária. No fundo, apresentam divergências de ordem tática, em torno da crítica ao pacto, ao entedimento nacional, ao imobilismo, à desmarcação da greve geral e à limitação da democracia sindical. Porém, nem mesmo os mais esquerdistas de outrora, como Causa Operária, rechaçam o fato da CUT ter se transformado em esteio do eleitoralismo frentepopulista, uma vez que, sob a bandeira de voto no PT por um governo dos trabalhadores, contribuiu para esta deformação.

Estes não ousam a se referir à avaliação da Articulação de que o ponto alto da CUT foi apoiar no 2º turno a Frente Brasil Popular, que, segundo ela, representou um "projeto de classe distinto", pois, desde o 1º turno, fizeram a defesa de que a CUT deveria chamar o voto no PT, que, queiram ou não, encarnava a frente popular, e a estratégia democrático burguesa.

Agora, no IV Concut, ou estão obrigados a se silenciarem (A CS, Causa Operária) ou a se aproximarem das conclusões da Articulação, como faz a CUT pela Base e o Trabalho, mostrando-se mais coerentes. Eis o que dizem: "A presença de Lula no segundo turno mudou a cara e a situação política do Brasil" (OT, tese 9)". Esta polarização política e social exigiu da CUT se posicionasse claramente em favor de Lula no segundo turno, o que contribuiu para o avanço da consciência política dos trabalhadores." (CUT pela Base-DS).

Desta forma, o Trabalho conclui pela defesa do governo paralelo de Lula e a CUT pela Base por um projeto democrático e popular alternativo para a crise, que nada mais é do que uma versão do governo democrático e popular.

O formalismo como Causa Operária trata a questão da estratégia, por sua vez, demonstra o quanto se comprometeu com o petismo, embora dele tenha sido excluído. O que quer dizer que não alcança compreender o significado político das posições que lutaram por arrastar a CUT por detrás do eleitoralismo, encarnado pela concepção reformista do campo popular e democrático.

A CS sempre se pautou pela bandeira do governo dos trabalhadores, que tanto serve para a apologia eleitoralista, isto é, de um governo de classe saído das eleições,

quanto do revolucionarismo oportunista, quando já não há período eleitoral. Esta é a razão pela qual a CS não formula as tarefas a partir da revolução violenta, isto é, da revolução e ditadura proletárias. No entanto, no conteúdo estratégico reside todo problema, pois define as tarefas e o caráter revolucionário da direção. Não se pode derrubar a burocracia reformista, constituindo-se na sua ala esquerda, como tem se apresentado as diversas correntes.

A CUT pela Base e O Trabalho já não escondem sua filiação ao governo democrático e popular, apenas procuram se distinguir da Articulação dando um conteúdo esquerdizante, ou seja, de fator de ruptura com o Estado burguês, depois de elevado ao poder pelo voto.

A CS insiste em ludibriar. Em sua tese (Nº5), a mais radical que conhecemos, defende um governo dos trabalhadores que tome medidas revolucionárias de transformação econômica e que não se limite a reformar o capitalismo, entretanto evita cuidadosamente condenar o governo democrático-popular, a caracterizar o PT de eleitoralista, a rechaçar a Frente Popular (FBP) e a defender a evidência de que não poderá haver nenhum governo revolucionário, que não cumpra a função da ditadura revolucionária do proletariado, isto porque expressa a revolução proletária, que lhe deu origem ao destruir o poder da burguesia.

Se não se vincula abertamente as medidas revolucionárias de expropriação sem indenização do grande capital com a ação violenta anticapitalista das massas (insurreição armada) e com a ditadura proletária, então não passará de radicalismo verbal de ocasião, como de fato o é sob a perspectiva de um governo dos trabalhadores, concebido para as eleições.

E a questão não está se as massas estão maduras ou não para a revolução (ao que respondemos que o Brasil decadente está mais do que pronto para a revolução, porém as massas ainda têm de construir seu partido revolucionário, seu programa) e sim que não se pode determinar as tarefas sejam elementares, sejam as de cunho histórico, que devem estar interligadas, sem o claro objetivo de desmantelamento do poder burguês pela revolução e ditadura proletárias.

Também não se pode levar a vanguarda, e esta as massas, a quebrar o reformismo sem a clara delimitação estratégica e crítica às variantes oportunistas de poder, como as do governo democrático e popular, governo dos trabalhadores, etc. Hoje, mais do que no passado, a burocratização da CUT e sua integração na política burguesa (Entendimento Nacional, etc) se deve à estratégia social-democrata da Articulação e seus auxiliares.

CONSTRUIR UMA CUT REVOLUCIONÁRIA, SOB A ESTRATÉGIA OPERÁRIA E CAMPONESA

A CUT tanto pode ser o instrumento das massas para enfrentar a desintegração do capitalismo, quanto da burocracia para apaziguar os inimigos mortais, isto é, adaptar a luta de classes às condições da crise burguesa. No primeiro caso, a Central se constitui num organismo revolucionário, no segundo num aparelho auxiliar do Estado, para conter o levante dos explorados e impor os sacrifícios que a quebra capitalista exige.

O reformismo, em nome das condições de vida dos assalariados, protege o governo decrépto e as instituições democráticas burguesas, como fator de estabilidade, contra as necessidades vitais, a exemplo do salário mínimo real. A constante queda dos salários e o esmagamento do salário mínimo, base da super-exploração, a incapacidade de sustentar o emprego amplamente, são frutos da poderosa crise estrutural do capitalismo. Sob o peso da decomposição da economia imperialista, as nações atrasadas (semicoloniais) se afundam e elevam a patamares históricos a crise social. O reformismo não tem possibilidades concretas para ocorrer, sendo utilizado como engodo e desvio da ação revolucionária, que se desprende do agudo quadro de apodrecimento econômico.

A tendência à convulsão social é própria da situação objetiva, sob a qual a política reformista e o aparelhismo burocrático agem, em aliança direta ou indireta com a burguesia, para bloqueá-la. A mutilação das lutas e a canalização legalista da revolta se constituem em duas faces da mesma moeda do método reacionário do reformismo. É por essa via que se separa as massas dos seus organismos de classes e se rompe com o potencial revolucionário da Central Sindical. A divisão interburocrática (CGTs, PS, CUT) completa o trabalho de dispersão dos explorados, tão necessário para a democracia capitalista.

É assim que se manifesta, no Brasil, a crise de direção, e a enorme contradição existente entre as condições objetivas para o avanço da luta emancipadora e as subjetivas, que se manifestam no programa, organização consciente e na direção revolucionária. A defesa de uma CUT operária e camponesa é central para superar o precipício existente entre a disposição de combate das massas e as precárias conquistas de organização, inclusive golpeadas pela burocracia reformista.

A construção de uma direção política que encarne a estratégia do governo operário e camponês (ditadura proletária), da aliança do proletariado com a maioria oprimida, e do programa antiimperialista e anticapitalista é decisiva para superar a crise de direção. Somente por esses objetivos estratégicos e de tática revolucionária, a CUT poderá ser a alavanca para as massas, que, através das suas reivindicações vitais, se chocarão abertamente contra o regime de exploração e abrirão caminho para a luta pelo poder.

Uma direção munida de tal programa só pode ser produto da construção do partido revolucionário leninista, sem a presença do qual a CUT não poderá cumprir até o fim seu papel de defesa da vida das massas e auxiliar da revolução proletária. Esta permanecerá nas mãos da direção reformista.

Neste IV Concut, está plenamente colocada combater a direção reformista, rechaçar a linha do governo democrático e popular, a frentepopulista eleitoreira e a aliança de conciliação de classe, e defender a estruturação de uma direção em torno da estratégia do governo operário e camponês.

AS TAREFAS CENTRAIS DA SITUAÇÃO

Em nossas teses as desenvolvemos amplamente, aqui sintetizaremos os principais pontos:

1. Caracterizar claramente o governo capitalista de Collor como pró-imperialista e antipopular. Cabe à CUT colocar para os assalariados que se trata de enfrentar a política reacionária de Collor com a ação direta, com as campanhas nacionais e organização de uma rede de comitês de luta. Para pôr fim ao governo da reação, levanta a estratégia do governo operário e camponês e da luta pela derrubada revolucionária do poder burguês.

2. Estabelecer como objetivo unir o campo e a cidade através da estruturação da aliança operária e camponesa. Para isso, empunha as bandeiras dos sem-terra contra os latifundiários, se coloca pela auto-defesa contra os assassinatos das lideranças e passa a trabalhar pelos comitês camponeses, que serão impulsionados pela constituição de um comitê nacional operário e camponês, ao qual caberá coordenar as campanhas no campo e na cidade.

3. Rechaçar a ofensiva recolonizadora do imperialismo, concretizada pelos planos governamentais de desestatização, abertura do mercado, proteção aos lucros das multinacionais, recessão e reconcentração de capital nas mãos das metrópoles. Há que se aprovar a linha de formação de um movimento antiimperialista, que venha a materializar-se numa Frente Revolucionária Antiimperialista, dirigida pelo proletariado.

4. Lançar-se ofensivamente em defesa do salário mínimo real com escala móvel de reajuste, reposição de todas as perdas, estabilidade do emprego com escala móvel das horas de trabalho (redução da jornada), entrega dos latifúndios aos sem-terra e camponeses pobres, estatização dos ramos fundamentais da produção, comercialização e do capital financeiro, sob o controle operário e camponês e não pagamento da dívida externa. Defender as liberdades políticas, pondo fim aos assassinatos no campo, as prisões políticas e todo tipo de opressão.

5. Aprovar o método da ação direta para enfrentar o caos capitalista. Frente às desestatizações ocupar as empresas e impor o controle operário da produção. Frente aos latifúndios, ocupar as terras e organizar a resistência. Frente ao crescente número de sem-tetos, ocupar as terras e resistir aos despejos. Frente à brutal miséria, preparar, através das assembleias populares e sindicais e da formação dos comitês operários e camponeses, a greve geral por tempo indeterminado.

6. Implantar a democracia operária na CUT e sindicatos. Congresso anual da CUT, composição proporcional das direções, revogabilidade do mandato, eleição direta dos delegados para todos os níveis, estruturação da CUT nas zonais, direito pleno das oposições terem delegados e hegemonia operária na composição social da CUT.

Viva uma CUT revolucionária!
Viva o Congresso da CUT!
Viva a unidade das massas!

MAIS UMA DE CAUSA OPERÁRIA

Uma aliança anti-democrática e burocrática contra a participação da oposição securitária no Congresso da CUT

Na assembléia da oposição securitária, convocada para se ler os delegados para o Congresso da CUT, ocorreu um fato escandaloso: o representante da CUT, Luizão, compactou com Causa Operária para que a oposição não tirasse um delegado. Como tal coisa pôde ocorrer, se a assembléia foi legitimamente convocada, seguindo à risca as normas estatutárias da CUT?

Na plenária, 8 pertenciam à oposição classista, dirigida pela T.POR, 5 à outra ala da oposição, aglutinados por Causa Operária e 3 ex-militantes do PCB. Para que houvesse empate seria necessário que os ex-estalinistas votassem com Causa Operária, ou vice-versa. De fato, a posição majoritária pertencia à oposição CUT classista, aliás a única que realmente funciona organicamente, com reuniões abertas semanais e boletim regular.

Desta forma, na votação, elegeríamos o delegado ou então, a aliança espúria de Causa Operária com os carreiristas do Itaú (ex-PCB) chegaria ao empate. E, se se empatasse, ou se convocaria nova plenária ou então caberia ao congresso decidir o que fazer. Este seria o trâmite normal. Porém, a fraude começou por se evitar que se votasse a tirada de delegados, uma vez que seria escabrosa a aliança de CO com os ex-PCB. Criou-se um falso impasse e, depois de um intervalo para que os oportunistas negociassem entre si uma saída, vieram com o encaminhamento que se votasse a não tirada de delegados.

O dirigente da CUT, responsável por assegurar a legitimidade e o mecanismo universal de tirada de delegados para o Congresso, não pôs em votação a eleição do delegado e encaminhou a proposta de Causa Operária e carreiristas de não tirada de delegados. É claro que todos sabiam que iria empatar!

Uma vez construído artificialmente o empate, o representante da CUT, Luizão, decidiu arbitrariamente que os securitários não teriam o seu delegado. Quem não vê a trama montada para se evitar, fraudulentamente, o direito legítimo da tirada do delegado da oposição Cut Classista?

A reunião prosseguiu

Frente a tamanha miséria política, os militantes da oposição continuaram a reunião e indicaram seu delegado, de

forma que se possa denunciar a falcatrua de Causa Operária, ex-PCB e Luizão. Esperamos que o recurso enviado à executiva da CUT venha a corrigir tamanho golpe nos mecanismos democráticos, estipulados pela Central. Se isto não vier a ocorrer, estará instalada a arbitrariedade e a corrupção política, que embora pareçam pequenos é o começo do gansterismo político, inaceitável numa Central Operária. A executiva da CUT não pode compactuar com tal imoralidade de Causa Operária e comparsas. O que significa impedir a representação dos securitários?

A oposição CUT Classista intervém organicamente há tempo nos securitários e tem pela frente um dos sindicatos mais burocratizados e policiais, que bloqueia a mobilização e politização dos trabalhadores. Participa ativamente na plenária das oposições da CUT e ninguém pode desconsiderar sua militância real e abnegada à causa dos assalariados. Ao contrário, a ala de Causa Operária tem sido responsável pela liquidação do trabalho oposicionista, como demonstrou na última eleição em que se aliou a um setor da burocracia e dos carreiristas (ex-PCB), que nunca saíram ao trabalho de base e estruturação da oposição. Isto quer dizer que enfrentamos não apenas a burocracia policial, mas também os sectários que dividem o campo da oposição classista.

Este acontecimento faccional e antidemocrático de barrar a posição majoritária de eleger o delegado é expressão da política liquidacionista da oposição, levada a cabo sem nenhum escrúpulo por esta seita imoral (CO). A atitude inecrupulosa chega a tal ponto que, ao mesmo tempo em que denuncia a burocratização da CUT, o critério discriminatório da representação das oposições no Congresso e sua expulsão do PT por delito de opinião, se utiliza desta mesma burocracia e das manobras antidemocráticas para combater seus adversários, isto é, a T.POR.

Somente a profunda decomposição política e o desespero podem explicar tamanha incongruência, que cheira à podridão. Chegar ao ponto de impedir a representação dos securitários no Congresso da CUT, porque não tinham maioria e porque não poderiam receber os votos dos carreiristas da Itaú, que inclusive compuseram nas últimas eleições sindicais uma chapa conjunta, é violentar o curso dos acontecimentos e golpear o desenvolvimento do trabalho da oposição contra os policiais do sindicato securitário. Se Causa Operária não podia obter os votos dos ex-PCB

para empatar a votação na eleição do delegado, pôde selar a pior das alianças sem princípios, que resultou na votação de não permitir que a oposição tivesse seu representante. Existe algo mais ras-tejante do que esta atitude liquidacionista?

Irresponsabilidade e liquidacionismo

No período que antecedeu a assembléia de 17/5 para tirada de delegados ao Regional, nenhum dos dois agrupamentos convocou a base para discutir a importância e a necessidade de participação nos congressos. Isso demonstrou que ignoraram a luta política ao redor das idéias para construir os organismos de base. Tanto é verdade que os carreiristas não apresentaram nenhuma idéia na assembléia e sequer sabiam dos critérios para participação e eleição dos delegados. Caíram de paraquedas na assembléia, que foi amplamente convocada apenas pela oposição dirigida pela T.POR, e reconhecida às duras penas meses antes pela Estadual, pelo trabalho intensivo desenvolvido no último ano (campanha salarial, de reposição, etc).

O extraordinário foi que Rosângela (ex-estalinista, que encabeçou a chapa eleitoral da CUT securitária (dirigida por Causa Operária), levantou o argumento de que não se devia tirar o delegado porque a oposição securitária não é representativa. Foi sob a base desse argumento fajuto, uma vez que não havia outro, que Causa Operária votou a não tirada do delegado. Desta forma, procurou jogar uma pá de cal não só sobre a oposição que dirigiu (o que seria justo) mas também sobre a oposição CUT Classista. Se esta Rosângela nunca mexeu um dedo para construir qualquer oposição, como é que Causa Operária pode votar sob seu argumento de falta de representatividade? Esta gente do Itaú Seguros sequer sabiam da assembléia, comparecendo a ela porque receberam nosso boletim, como então, se aliar a pessoas tão descomprometidas sob o argumento de não representatividade? Ocorre que Causa Operária não concorreu à assembléia para lutar por sua tese, e sim para inviabilizar, a qualquer custo, a representação majoritária da oposição CUT classista.

Isto é puro liquidacionismo.

AGUDIZA A LUTA DE CLASSE NO CAMPO

A problemática da terra no Brasil, e a necessidade urgente de uma ampla campanha nacional e internacional pela libertação dos presos políticos do Rio Grande do Sul e Paraná, bem como o fim dos processos contra os que lutam pela terra.

A terra no Brasil sempre esteve sobre o comando e interesses da oligarquia latifundiária e dos imperialistas. Na colonização brasileira, o interesse foi o de extrair matérias primas para as manufaturas das indústrias inglesas, holandesas, etc. Portanto, as extrações nativas, as plantações, a formação da propriedade da terra se deram em benefício do capital internacional. Desta forma, o desenvolvimento capitalista brasileiro iniciou com atraso extraordinário sob o domínio e interesse do capital industrial e bancário, já desenvolvidos (final do século XIX). Este é o aspecto fundamental que está diretamente relacionado com a problemática da terra e as reformas no país (tarefas nacionais).

A penetração imperialista nos países como o nosso de economia desigual e combinada é fator determinante. A burguesia nacional se vê impotente e incapaz de efetuar as reformas, pois para que isto ocorra tem de enfrentar o imperialismo. Os reformistas acenam com a possibilidade de tais reformas e formulam as propostas

através do governo democrático e popular saído do sufrágio universal e das frentes populares, ou seja, pela via institucional.

Estas formulações, além de iludir a vanguarda operária e camponesa, colocam todo o movimento e suas lideranças expostas à repressão policial e paramilitar, porque não os preparam para enfrentar a reação e a possibilidade de golpe militar, que é a saída que os imperialistas adotam, caso tais governos de frente popular não consigam administrar os conflitos sociais e assegurar a governabilidade burguesa, sem mexer nos interesses do grande capital nacional e internacional. Foi o que ocorreu no Chile com o governo de Unidade Popular de Allende.

Conclusão: Para se defender a estratégia de governo democrático e popular e constituir as frentes populares, necessitam de conter o ascenso independente dos oprimidos, isolando as lutas no campo e na cidade, de forma que não ameacem a ordem constituída, a governabilidade burguesa e, assim, atraindo a confiança de setores da burguesia nacional para o projeto institucional de governo democrático, saído do sufrágio.

Aqui está porque a direção da CUT e do PT não fazem uma ampla mobilização nacional pela liberdade dos sem-terra (presos políticos) e porque o movimento operário não encabeça a luta

pelo salário mínimo real, terra aos camponeses e teto para a massa urbana. A razão está exatamente em que um amplo movimento se choca, como avalanche, com os interesses capitalistas e seu Estado, porque iria amadurecer as condições para colocar na ordem do dia o poder operário e camponês, contraposto ao poderio burguês e, assim, inviabilizar a proposta parlamentar e eleitoral de canalizar o descontentamento popular para as urnas. Então precisam dizer que um governo democrático e popular seria capaz de fazer a reforma agrária e, para assumir uma posição esquerdizante, apontam para o fraseado de apoio popular ao governo, sustentação popular, etc.

Precisam esconder a tática condicionada pela estratégia de unificação das lutas no campo e cidade, enfraquecer a ação direta das massas, negar auto-defesa, combater o partido com um programa operário, dirigente da maioria oprimida nacional. Precisam esconder que só a vanguarda de posse deste programa e a elevação da consciência das massas da necessidade de destruição do regime de propriedade privada, e que somente através da insurreição popular, sob o comando do operariado, através de seu partido operário revolucionário, será possível cumprir as tarefas nacionais, como a da revolução agrária, independência do país em relação ao imperialismo e solução da miséria da maioria.

Por isso não só não reconhecem a impossibilidade histórica da burguesia realizar tais transformações, como imaginam poder alcançar um desenvolvimento capitalista independente. Eis porque, também, precisam esconder que, para se executar a reforma agrária ou qualquer outra reforma que mexa com a base do desenvolvimento econômico é necessário enfrentar as forças imperialistas e seu poderio militar.

Os reformistas, com estas ilusões pró-burguesas, escamoteiam que só a instalação da ditadura do proletariado colocara o país em condições de enfrentar o poderio imperialista.

Em defesa da unificação nacional dos oprimidos:

Pelo salário mínimo real
Terra aos camponeses e aos sem-teto urbano

Por uma ampla campanha nacional pela liberdade dos presos políticos, Otávio Amaral, José Govaski, Idone Bento, Augusto Moreira e

Pelo fim dos processos políticos!

SEM TERRA DE BAGÉ ; CONQUISTA E CERCO DA UDR

Os sem-teto da fazenda São Pedro (Bagé-RS) obtiveram no último dia 15/5 uma importante vitória. Após o confronto com a repressão policial no início de abril, que resultou no assassinato de Nurene Pinheiro pela polícia e na captura e posterior libertação de 11 reféns pelos sem-terra, estava para terminar o prazo de permanência na área, marcado para o dia 14/5. Porém, no dia 8 de maio, 28 colonos decidiram entrar em greve de fome para pressionar o governo e conseguiram em 15/5 que o prazo fosse prorrogado por mais 20 dias. E o proprietário da terra também aceitou firmar um protocolo de intenção de venda da área.

Agora, os sem-terra enfrentam novo desafio : os proprietários das terras próximas ao local, ocupado, organizados pela UDR, estão montando um cerco fortemente armado que já conta com mais de 250 homens. O armamento paramilitar dos proprietários é público e tem como objetivo preparar o caminho para a agressão aos sem-terra.

Os camponeses que estão sendo cercados pela UDR em Bagé são os mesmos da Cruz Alta, que no ano passado enfrentaram a repressão policial e têm por isso 4 companheiros presos políticos.

Cabe ao movimento operário, à CUT, aos partidos políticos e organizações populares levantarem a luta contra a opressão capitalista e exigirem a imediata libertação dos presos políticos, o desmantelamento do aparato paramilitar da UDR e fim dos assassinatos, a desapropriação das terras e posse aos colonos e apoiar a resistência armada dos sem-terra (autodefesa) contra a ameaça da UDR.

22 e 23 DE MAIO, UM PROTESTO GERAL CONTRA COLLOR

A greve geral convocada pela CUT e CGTs para os dias 22 e 23 de maio limitou-se fundamentalmente aos setores de transportes e serviços, ainda assim parcial. A classe operária não aderiu ao movimento, o que acabou sendo um fator decisivo para o resultado da luta.

Para as direções do movimento, a greve geral atingiu o objetivo planejado. Segundo Meneguelli, não se pretendia uma paralisação total das forças produtivas do país, mas um protesto generalizado contra a política econômica do governo. Quer dizer que o objetivo era uma greve limitada, que não levasse a um confronto das massas contra o governo pró-imperialista, mas se constituísse num elemento de pressão para alterações na política econômica.

A greve dos dias 22 e 23 se limitou a 2 dias de manifestações, passeatas e protestos por todo o país, que foram favorecidas pela situação de caos criada pela paralisação dos transportes nos principais centros urbanos.

As indústrias trabalharam quase que normalmente. Quando a classe que tem o papel dirigente na luta da nação oprimida não sai à luta, torna-se inviável o sucesso de uma greve geral. Por mais que se paralisa os transportes e serviços, se não se paralisa as forças produtivas a nível nacional, não se golpeia a fundo a burguesia e seu Estado. Não se pode haver greve geral ativa se não se atrai a classe operária para que cesse a produção e faça manifestações massivas nas ruas.

Nesse sentido, tem grande responsabilidade pelo resultado da greve a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo, juntamente com os outros sindicatos operários do ABC paulista. O maior centro industrial do país cumpre um papel estratégico na realização de uma greve nacional. Quando o principal pólo operário não adere à greve, já se delinea seu resultado de antemão. A postura de Vicentinho, que defendeu que a categoria não fosse à greve, mas que se limitasse a realizar atos de protestos nos dias 22 e 23 (que depois também foram cancelados), abriu o caminho para que o ABC inteiro ignorasse o chamado à greve geral. Assim o setor mais importante da direção cutista criou as bases para que a classe operária não viesse a se manifestar nos 2 dias de luta.

É preciso destacar também o importante elemento de bloqueio à expressão operária que teve a campanha anti-greve desenvolvida pela burocracia pró-patronal do Sindicato metalúrgico de S.P. Medeiros, que se opôs desde o início à realização da greve, teve no recuo de Vicentinho a arma para atacar a greve amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

Não pode haver dúvida que foram as direções as responsáveis pelo desfecho da greve. Da parte dos trabalhadores, havia uma enorme disposição de luta, um descontentamento generalizado com a situação de arrocho e desemprego, que se voltava contra o próprio governo Collor, visto como causador desses problemas. As suces-

sivas greves que vinham se desenvolvendo, que obtinham cada vez melhores acordos, apontavam para uma confrontação mais geral, reforçavam as tendências de luta.

Mas havia também uma grande desconfiança em relação à realização ou não da greve, dado que a CUT já havia desmarcado as duas últimas datas (junho 190 e março 191), bem na véspera. O caráter da greve foi também determinante. Quando se quis dar o caráter de protesto e não reivindicatório, quando não se colocou claramente as reivindicações pelas quais se lutava, mas apenas a genérica "mudança de política econômica", quando não se realizou uma decidida e ampla campanha de

ÔNIBUS FORAM UM ALVO PREFERENCIAL

Mais de 300 ônibus foram quebrados em S.P. e outros tantos no Rio de Janeiro nos dois dias de greve.

A ação dos piquetes móveis foi um forte elemento para a realização da greve nos transportes, funcionando porque havia um razoável disposição de paralisação na categoria, sem a qual de nada adiantariam os estilingues e miguéritos.

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Houve um momento nas semanas que antecederam a greve que todos se perguntavam se a direção cutista não suspenderia a greve geral como já havia feito em outras vezes. A campanha estava fraca, a previsão era de uma paralisação muito limitada.

Mas, se a Articulação desmarcasse a greve, como encarar os Congressos da CUT? Certamente as correntes sairiam criticando duramente e sua crise interna se aprofundaria. Se não desmarcasse e a greve fosse um fracasso, o reformismo perderia força junto ao governo e ao congresso.

A saída foi fazer uma greve de qualquer jeito, aos trancos e barrancos. E só não foi desmarcada porque Lula exigiu a sua manutenção.

UMA GREVE DE CONDUTORES E SERVIÇOS

Os condutores foram a ponta de lança da greve a nível nacional. Pararam firme em Sergipe, Pará, Rio, R.G. do Sul, S.P. Bahia, Paraíba e Maranhão.

Trata-se de uma categoria que tem avançado na sua organização, construção de redes de comissões de garagens e cipas) e nos seus métodos de luta, que envolvem os trabalhadores em piquetes de todos os tipos. Constituíram-se no carro chefe da greve, apesar da participação dos ferroviários na maior parte dos países.

Os bancários aderiram em Rondônia, Sergipe, Pará, Rio (BC), Espírito Santo, R.G. do Sul, S.P. (parcial).

Os funcionários públicos pararam no Paraná (professores), Amazonas, Alagoas (professores), Acre, Piauí, R.G. do Norte, Goiás, Espírito Santo, Santa Catarina, Roraima, Rio Grande do Sul, S.P. (USP, professores)

22 e 23 DE MAIO, UM PROTESTO GERAL CONTRA COLLOR

preparação se criou as bases para que os operários não aderissem a um movimento do qual sequer conheciam com clareza os objetivos. Todo e qualquer outro elemento de avaliação é secundário em relação a estes: a greve tinha um caráter pré-determinado de protesto e a própria direção cutista golpeou-lhe profundamente ao impedir que o ABC assumisse o carro chefe da pralisação.

Por isso, apesar de toda a abnegação da militância de base da CUT que se jogou a fundo para que o movimento tivesse sucesso, recorrendo principalmente aos piquetes e "esquemas alternativos", a greve não teve o caráter ativo que só pode ter quando paramos as fábricas.

Apesar de queimada pela direção da CUT, a tarefa de realizar uma greve geral no país continua colocada, tanto pelo peso da crise econômica que recal sobre as massas, quanto pela disposição de luta; tanto pela crise política do regime que se desenvolve a cada dia, quanto pela disposição das massas para enfrentar o governo.

Mas é preciso que a preparação da greve geral seja colocada desde o início no terreno da greve pelas reivindicações das massas, principalmente o salário mínimo real com escala móvel, fim das demissões e escala móvel de emprego, reposição salarial plena, contra as desestatizações, ocupar as empresas estatais e impor o controle operário, terra e moradia para todos, fim dos assassinatos no campo e liberdade aos presos políticos, não pagamento da dívida externa e expulsão do imperialismo. É preciso basear a preparação da greve na organização de base: nas assembleias de fábrica, de sindicato e de bairros populares, nos comandos de base centralizados nacionalmente e numa ampla campanha de massas antecipada.

PORQUE A ARTICULAÇÃO ACABOU CONVOCANDO A GREVE

As vésperas de 15/3 a direção da CUT suspendeu a greve geral, alegando que não haviam condições organizativas para sua realização. Um mês depois, marcava nova greve geral. Esta última foi chamada para:

1) Dar vazão às enérgicas pressões do ascenso grevista. Greves cada vez mais longas, radicais e generalizadas iam conformando uma verdadeira panela de pressão social no país. Uma greve limitada de protesto funciona assim como válvula de escape.

2) O governo mostrava-se cada vez mais intransigente em relação a discutir uma política salarial, que englobasse uma reposição parcial das perdas e um salário mínimo vinculado a uma cesta básica. O Fórum Nacional tornava-se cada vez mais nulo. Era preciso encontrar uma forma de pressionar o governo e o congresso. A greve de protesto foi a solução encontrada;

3) Os congressos de CUT estavam defronte a um quadro extremamente adverso para os assalariados e com o balanço de 2 greves gerais seguidas suspensas. Para a Articulação, tratava-se de responder, ainda que limitadamente, a essa situação. Por que não com uma greve de protesto?

Assim é que a burocracia reformista queima um importantíssimo instrumento de luta dos trabalhadores.

ACÇÃO VIOLENTA DA PM NA USP E EM TODO O PAÍS

Os estudantes e funcionários da USP tiveram uma participação ativa na greve de 22 e 23 de maio. No dia 22 e principalmente, no dia 23 organizaram um piquete que fechou o campus. A polícia reprimiu covardemente os estudantes e até os jornalistas presentes.

Em Florianópolis, 2 mil grevistas enfrentaram a PM tendo como saldo 40 feridos (6 PMs), 10 presos, 2 manifestantes foram hospitalizados.

Em João Pessoa houve vários confrontos, seis pessoas foram feridas. Em Salvador os confrontos foram até contra o exército.

Em Porto Alegre, os choques entre grevista e PMs levaram à prisão de 2 vereadores. Em vitória 1 vereador foi preso também.

5 MIL SEM-TETO PRESSIONAM FLEURY

No último dia 15/5, cerca de 5 mil sem-teto, organizados pela UMM (União dos Movimentos de Moradia do Estado de S.P.), realizaram uma manifestação (passeata), para cobrar do governador a promessa de destinar 1% da arrecadação do ICMS, para projetos de habitação popular. Os sem-teto foram impedidos de chegar ao Palácio do governo por cerca de 650 policiais. Apesar disso, o governo recebeu uma comissão de 6 representantes do movimento, acompanhada por deputados estaduais e vereadores do PT para negociar, sem, entretanto, discutir o mérito das reivindicações.

Apoiamos a iniciativa de unificar as lutas dos sem-teto num mesmo movimento e a utilização do método de ação de massa como instrumento de pressão. Mas o desfecho do ato do dia 15/5 foi a substituição da pressão dos sem-teto pela ação parlamentar (os deputados é que acabam negociando) e a utilização indevida do movimento para propaganda eleitoral.

O movimento por Moradia precisa superar a política das direções reformistas, que procuram limitá-lo a uma luta de pressão institucional sobre o Estado e colocar como método fundamental de luta as ocupações de terra por todos os cantos do país e a resistência ativa (autodefesa) para enfrentar a repressão policial. Assim, a unificação ganhará força para impor as reivindicações do movimento, que devem ainda levantar a luta contra a opressão (liberdade aos presos políticos) e chamar o movimento operário a incorporar suas reivindicações.

ABAIXO O GOVERNO PRÓ-IMPERIALISTA DE COLLOR

POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS